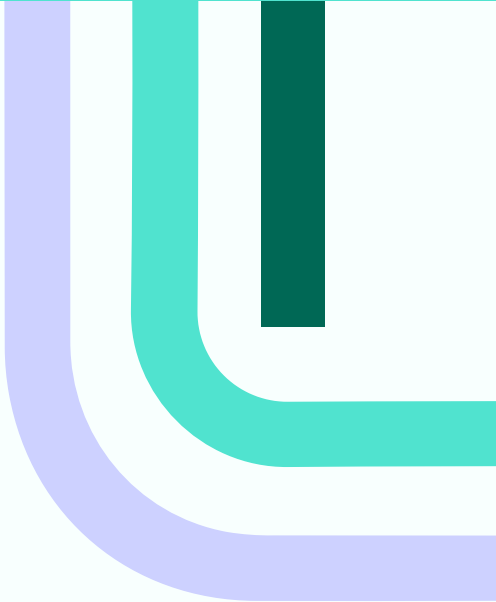




Março
2025

SOCIOEDUCAÇÃO **EM FOCO**

Boletim trimestral da
Coalizão pela Socioeducação



02

Quem somos?

02

Editorial

05

Progressos e
Obstáculos

06

Projetos de Lei para
ficar de olho

08

O trabalho da Coalizão

12

O que podemos fazer?

QUEM SOMOS?

Somos uma articulação nacional composta por 53 Organizações Não Governamentais, coletivos, frentes estaduais pelo desencarceramento, defensores(as) públicos(as), mecanismos de combate à tortura, pesquisadores(as) e especialistas. Nosso compromisso é a defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes no Sistema Socioeducativo.



Foto: Seminário da Coalizão no G20 Social

EDITORIAL

A luta pelos direitos dos adolescentes no Brasil tem sido marcada por avanços, mas também por desafios que demandam vigilância constante. Os dados mais recentes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), coletados em 2024 e divulgados em 2025, revelam tanto a persistência de desigualdades estruturais quanto a urgência de políticas públicas que garantam direitos reais e oportunidades para essa juventude.

O levantamento aponta um aumento de 8,2% no número de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo. Esse crescimento não é apenas um número, mas um reflexo do fracasso das políticas de prevenção e da priorização de respostas punitivas em lugar de medidas protetivas e socioeducativas. O racismo segue estruturando a socioeducação: 72,9% dos adolescentes privados de liberdade são pretos e pardos, evidenciando como a seletividade do sistema penal impacta, principalmente, a juventude negra e periférica.

Além disso, a pesquisa traz avanços ao abordar a identidade de gênero e a orientação sexual, fundamentais para a criação de políticas voltadas à população LGBTQIA+ nas unidades socioeducativas. A relação entre desigualdades sociais e o sistema socioeducativo também fica evidente: 27% dos adolescentes cumprem medida por tráfico de drogas, uma das piores formas de trabalho infantil.

Os dados educacionais são igualmente alarmantes: 42,8% dos adolescentes privados de liberdade estão no Ensino Fundamental II, o que aponta o impacto da evasão escolar e da precarização do ensino antes da privação de liberdade. Entre as meninas, a situação é ainda mais grave: 1 em cada 10 meninas privadas de liberdade é mãe, muitas vivenciando a maternidade dentro das unidades, sem o suporte adequado.

A falta de normativas específicas para atender meninas no sistema socioeducativo reforça essa vulnerabilidade. Apenas 17 estados possuem regras para o atendimento socioeducativo de meninas cis, e somente 51,9% dos estados têm normativas para adolescentes gestantes ou no puerpério. Isso significa que, para muitas dessas meninas, o período de internação não leva em conta suas especificidades, aumentando os riscos de violações de direitos. As diferenças de gênero também se refletem nos atos infracionais mais recorrentes. Entre meninas cis, o tráfico de drogas lidera (24,5%), seguido por homicídio (18,6%) e roubo (17,4%), enquanto entre meninos cis, o roubo tem a maior incidência (32,8%), seguido pelo tráfico (27,7%) e homicídio (12,2%). Esses números não são casuais: eles refletem o acesso desigual a políticas públicas, o impacto da pobreza e a inserção forçada desses adolescentes em contextos de criminalidade.

Além do encarceramento em massa, a juventude também enfrenta uma crescente letalidade policial. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2024, 6.393 pessoas foram mortas em ações policiais. Entre as vítimas, 71,7% tinham entre 12 e 29 anos, 99,3% eram homens e 82,7% eram negros. Esses dados confirmam que a política de segurança pública no Brasil continua a tratar os jovens negros como alvos preferenciais da violência do Estado.

Enquanto isso, os investimentos em repressão continuam elevados: em 2023, o financiamento das polícias e da segurança pública alcançou R\$137,9 bilhões. Um valor que contrasta com a escassez de recursos para áreas essenciais, como educação, cultura, esporte e assistência social – setores fundamentais para garantir direitos e prevenir a criminalização da juventude.

Se o quadro já é preocupante, ele se agrava com a proposta de inúmeros projetos de lei que buscam retroceder direitos e ampliar a repressão sobre adolescentes e jovens. Iniciativas como a redução da maioridade penal, o aumento do tempo de internação em unidades socioeducativas e projetos que flexibilizam o uso da força policial contra crianças e adolescentes seguem ganhando força no Congresso Nacional, impulsionadas por discursos populistas que ignoram as reais causas da violência. O PL 4256/2019, por exemplo, pretende ampliar o armamento da população, o que impactará diretamente a segurança de crianças e adolescentes, aumentando o risco de homicídios e a presença de armas em comunidades vulneráveis.

Diante desse cenário, é urgente reforçar a mobilização pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo fortalecimento de políticas públicas que rompam com o ciclo de exclusão, racismo e punição. O aumento no número de adolescentes privados de liberdade, a escalada da letalidade policial e o avanço de propostas legislativas regressivas não podem ser tratados com naturalidade. Precisamos de ações concretas que garantam educação, trabalho digno e proteção social, assegurando que a Socioeducação cumpra seu papel de oferecer novas perspectivas de vida, e não apenas reproduza desigualdades.

Este boletim é um convite à resistência. Seguimos mobilizados para enfrentar retrocessos e garantir que o direito à liberdade e ao pleno desenvolvimento dos adolescentes seja uma prioridade na agenda pública.

PROGRESSOS E OBSTÁCULOS

AVANÇOS NA GARANTIA DE DIREITOS

Nos últimos anos, a sociedade civil tem desempenhado um papel fundamental na proteção dos direitos de adolescentes em conflito com a lei. Entre as conquistas recentes, destacam-se:

- Fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto – Ampliando alternativas à internação e garantindo maior aderência às diretrizes do ECA.
- Maior participação da sociedade civil no controle social – Organizações e movimentos ampliaram sua atuação em espaços de deliberação, como o CONANDA e grupos de trabalho estaduais.
- Decisões jurídicas favoráveis – A Convenção 182 da OIT tem sido um instrumento essencial para questionar a privação de liberdade de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas, embora seja importante destacar que são poucas as decisões que seguem a convenção de maneira efetiva

DESAFIOS E RETROCESSOS

Apesar dos avanços, alguns obstáculos ameaçam o cumprimento dos direitos de adolescentes no Brasil:

- Tentativas de reduzir a maioria penal – Projetos de lei nesse sentido seguem em tramitação, representando um grave retrocesso.

- Militarização do sistema socioeducativo – A presença crescente de forças de segurança em unidades socioeducativas têm intensificado a violência institucional.
- Cortes em políticas públicas – O enfraquecimento de programas voltados a adolescentes em situação de vulnerabilidade prejudica diretamente a prevenção de violações.
- Privatização do sistema socioeducativo – Estados como Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina avançam com projetos de parcerias público-privadas, o que ameaça a garantia de direitos e o caráter educativo do sistema.

PROJETOS DE LEI PARA FICAR DE OLHO

PLS NEGATIVOS

- **PL 3779/2010** – Considera a medida socioeducativa como reincidência no Código Penal.
- **PL 1555/2019** – Regula a atuação coercitiva de agentes públicos nas medidas socioeducativas.
- **PL 3832/2015** – Trata da revista pessoal nas unidades de internação.
- **PL 7306/2014** – Propõe o uso de monitoração eletrônica em medidas socioeducativas.
- **PL 4256/2019** – Amplia o acesso ao porte de armas, aumentando o risco de violência contra adolescentes.
- **PL 978/2022** – Endurece medidas socioeducativas.
- **PL 191/2022** – Aumenta o tempo máximo de internação para adolescentes.
- **PL 1613/2021** – Propõe mudanças que dificultam a liberação de adolescentes internados.
- **PL 3384/2021** – Torna mais rígidas as regras de reavaliação da internação.
- **PL 1084/2022** – Restringe visitas a adolescentes internados.

PLS POSITIVOS

- **PL 2637/2019** – Propõe controle de armas, reduzindo riscos à segurança de adolescentes.
- **PL 5705/2016** – Garante cuidados com a saúde mental de adolescentes internados.
- **PL 2401/2019** – Regulamenta o uso de câmeras corporais por agentes em unidades socioeducativas, garantindo mais transparência.
- **PL 2789/2020** – Garante assistência jurídica especializada para adolescentes no sistema socioeducativo.
- **PL 4488/2020** – Propõe melhorias no atendimento socioeducativo, com foco na reintegração social.
- **PL 5204/2020** – Define novas diretrizes para o financiamento do sistema socioeducativo.

TENTATIVAS DE REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 252 DO CONANDA

A Resolução nº 252, de 16 de outubro de 2024, estabelece diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes em privação de liberdade. Contudo, duas proposições buscam sustar seus efeitos:

- **PDL 363/2024 – Aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.**
- **PDL 384/2024 – Sob relatoria do Senador Eduardo Girão.**

A Coalizão pela Socioeducação reforça a necessidade de articulação para impedir retrocessos nos direitos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Seguimos monitorando e mobilizando esforços para garantir a plena implementação do ECA e o fortalecimento do Sinase

O TRABALHO DA COALIZÃO

NOS ÚLTIMOS ANOS:

Incidência política no Legislativo

- Obstrução de 20 projetos de lei prejudiciais, incluindo propostas para aumentar o tempo de internação e reduzir a maioria penal.
- Participação ativa em audiências públicas sobre porte de armas para agentes socioeducativos e visitas íntimas, garantindo os direitos dos adolescentes

Tecendo Caminhos pela Liberdade

- Execução de projetos em São Paulo, Ceará e Minas Gerais.
- Levantamento de dados sobre o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil.
- Articulação e formação para famílias, coletivos e movimentos territoriais

Incidência política no Executivo

- Mobilização do CONANDA para a emissão de Nota Técnica contrária às parcerias público-privadas no Sistema Socioeducativo.
- Aprovação de resoluções que estabelecem diretrizes para o atendimento e funcionamento do sistema socioeducativo.

Litigância estratégica no Judiciário

- Habilitação como amicus curiae em cinco ações nos tribunais superiores sobre direitos de adolescentes.
- Impetração de habeas corpus para adolescentes envolvidos em atos infracionais análogos ao tráfico de drogas, aplicando a Convenção 182 da OIT.

Comunicação e mobilização

- Participação em inspeções de unidades socioeducativas em cinco estados, promovendo a transparência e fiscalização do sistema.
- Capacitação de juízes sobre a relação entre tráfico de drogas e trabalho infantil.
- Formação de 233 familiares, adolescentes e profissionais sobre direitos e atuação nos conselhos de direitos.

E EM 2025?

A Coalizão segue fortalecendo sua atuação na defesa dos direitos de adolescentes, com ações concretas e estratégias de incidência política. Entre as atividades recentes, destacam-se:

Comunicação e Mobilização

Envio de sugestões de pauta para a imprensa sobre temas como o tráfico de drogas como forma de trabalho infantil e a seletividade racial no sistema socioeducativo.

Ampliação do impacto

Inscrição em novos editais para garantir financiamento, além da finalização de relatórios e estruturação de novos projetos voltados para a proteção de adolescentes em conflito com a lei.

Projetos e articulações

Atualização dos habeas corpus do projeto Tecendo Caminhos para a Liberdade, análise de novos casos em São Paulo e organização do cronograma de leitura e reavaliação de processos.

Incidência política

Reuniões estratégicas com a Defensoria Pública, participação em comissões do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e monitoramento de projetos de lei no Congresso.

Além disso, a Coalizão pela Socioeducação participa ativamente de espaços estratégicos de incidência política. Apresentamos projetos de lei relacionados à socioeducação em reuniões do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e realizamos análises de conjuntura na Plataforma Dhesca, da qual somos membros. Também integramos a Comissão Permanente da População em Situação de Privação de Liberdade do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, reforçando nosso compromisso com a garantia de direitos de adolescentes e jovens

RECONHECIMENTO NACIONAL

Uma excelente notícia: a Coalizão pela Socioeducação foi classificada para o Prêmio Maria Lúcia, uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com a Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (SEPAR), do Ministério da Igualdade Racial. O prêmio reconhece iniciativas inovadoras na política sobre drogas que promovem justiça étnico-racial. Com abrangência nacional, a premiação dialoga com a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para a População Negra e Periférica na Política sobre Drogas, lançada em 2023.

CONHEÇA OS ATUAIS PROJETOS DA COALIZÃO

DEFESA DA JUVENTUDE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA:

Este projeto busca fortalecer a estrutura e atuação conjunta da Coalizão para ampliar sua incidência política nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para isso, aprimora a governança interna, capacita seus membros e fornece suporte técnico e operacional, viabilizando a realização de campanhas, pesquisas e monitoramento legislativo. Além disso, investe no fortalecimento da articulação e comunicação, ampliando sua influência no debate público e na formulação de políticas, garantindo uma atuação mais estruturada e efetiva.

TECENDO CAMINHOS PELA LIBERDADE:

O projeto analisa casos de adolescentes internados por tráfico de drogas nos estados de São Paulo, Ceará e Minas Gerais, com o objetivo de impetrar Habeas Corpus para garantir sua liberdade, com base no Decreto 6.481/2008, que classifica o tráfico como uma das piores formas de trabalho infantil e prevê a aplicação de medidas protetivas em vez de socioeducativas.

A iniciativa inclui inspeções em unidades socioeducativas, levantamento de dados sobre os adolescentes afetados, articulação com defensorias públicas e a publicação de um manual para a replicação da metodologia. O projeto agora está sendo expandido para Minas Gerais nos mesmos moldes, fortalecendo sua atuação e impacto.

ELOS DE PROTEÇÃO:

Este projeto tem como objetivo central combater a violência, a tortura e os tratamentos degradantes sofridos por adolescentes LGBTQIAPN+ em unidades de internação no Brasil. Diante da ausência de dados nacionais sobre esse público e da falta de protocolos específicos para garantir sua proteção, a iniciativa prevê um levantamento detalhado sobre o perfil dessas adolescências e juventudes, incluindo informações sobre raça, gênero, tempo médio de internação e acesso à saúde integral. Também realizará inspeções em unidades com maior número de adolescentes LGBTQIAPN+, buscando mapear violações e construir narrativas jurídicas para pedidos de reavaliação de medidas socioeducativas. A iniciativa mobilizará organizações e coletivos para a construção e aprovação de uma Resolução no CONANDA, padronizando o atendimento dessa população no sistema socioeducativo. Como resultado, espera-se não apenas a sistematização de dados inéditos e o fortalecimento do controle social, mas também a criação de um precedente histórico para que os tribunais brasileiros considerem as vulnerabilidades específicas de adolescentes LGBTQIAPN+ ao julgar a aplicação e manutenção das medidas socioeducativas.

O QUE PODEMOS FAZER?

A mobilização e a incidência política são essenciais para barrar retrocessos e garantir a efetivação dos direitos previstos no ECA. Algumas ações que podem ser fortalecidas incluem:

- **Pressionar parlamentares** – Acompanhamento de projetos de lei e mobilização social para impedir retrocessos.
- **Ampliar a divulgação de informação qualificada** – Produção de conteúdo para redes sociais e outros meios de comunicação.
- **Fortalecer redes de apoio** – Construção de parcerias com organizações e atores do sistema de justiça juvenil.

Este boletim reforça o compromisso da Coalizão pela Socioeducação na defesa dos direitos de adolescentes. Seguimos juntos na construção de um país mais justo e humano.

Acompanhe nossas redes sociais e participe dessa luta!

Contato



ascom.cps@gmail.com



www.coalizaopelasocioeducacao.com



[coalizaopelasocioeducacao](https://www.instagram.com/coalizaopelasocioeducacao)